

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2005

## I INTRODUÇÃO

Analisando o conjunto da documentação em que assentam as contas do Município de Guimarães no último ano civil do anterior mandato autárquico, há-de reconhecer-se que, apesar de equilibrada, a situação financeira conheceu uma relativa deterioração, espelhando uma gestão que, sem colocar em causa a concretização dos investimentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento e coesão do Concelho, teve em consideração os recursos financeiros expectáveis.

Da mesma forma, foi assegurada a realização das despesas correntes necessárias ao funcionamento pleno dos equipamentos colectivos e a prestação de serviços públicos com o nível de qualidade compatível com os mais elevados graus de exigência.

Efectivamente, a situação financeira do País, na perspectiva dos recursos financeiros afectos à generalidade dos municípios, manteve a tendência de agravamento, tornando ainda mais escassos os recursos financeiros municipais, o que obrigou a uma gestão de rigorosa contenção, por vezes marcada pela necessária austeridade, e estabelecendo como limite para a realização de despesas, sempre que possível, a definição e afectação da receita necessária apenas no momento em que esta esteja assegurada, e não apenas prevista.

### 1. Linhas programáticas

Tal como anunciáramos na introdução às grandes opções do plano e orçamento para 2005, o ano em análise completou um ciclo de investimento consubstanciado no Plano Plurianual 2002/2005, com o qual se consolidou a aposta em três grandes eixos de acção: a qualificação das pessoas, o crescimento sustentado e o reforço de uma visão integrada do Concelho, apesar do quadro conjuntural que enfrentámos praticamente ao longo de todo aquele período, marcado pela contenção do investimento público em razão da imperativa necessidade de corrigir o défice das contas públicas e da estagnação do crescimento da economia portuguesa.

Contudo, uma rigorosa racionalização e programação de despesas, permitiram realizar o ambicioso programa de investimentos a que nos comprometemos em 2001.

### 2. Actividades desenvolvidas

Em boa verdade, enfrentar esta conjuntura sem descurar áreas fundamentais que, em nosso entender, têm impacto estrutural na qualidade de vida dos Municípios, revelou-se uma tarefa de enorme complexidade: o investimento na Educação, a coesão social, a conservação e ampliação da rede viária, e os novos equipamentos sociais, com destaque para o Centro Cultural Vila Flor, o Arranjo Urbanístico do Largo da Mumadona / Parque de Estacionamento e o novo Mercado Municipal e a construção ou ampliação de novas escola EB 1 com jardim-de-infância, permitiu continuar a dotar o Concelho de relevantes recursos para a sua competitividade e dinâmica socio-económicas.

Atendendo à conjuntura anunciada, agravada pelo fraco investimento da administração central em sede de PIDDAC, com consequências visíveis, por exemplo, ao nível das participações comunitárias, é lícito afirmar que a

execução atingiu níveis muito satisfatórios, só possíveis com recurso à racionalização e rigor na realização de despesas e na captação de receitas.

## II EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

### 1. Execução orçamental

#### a) Receita

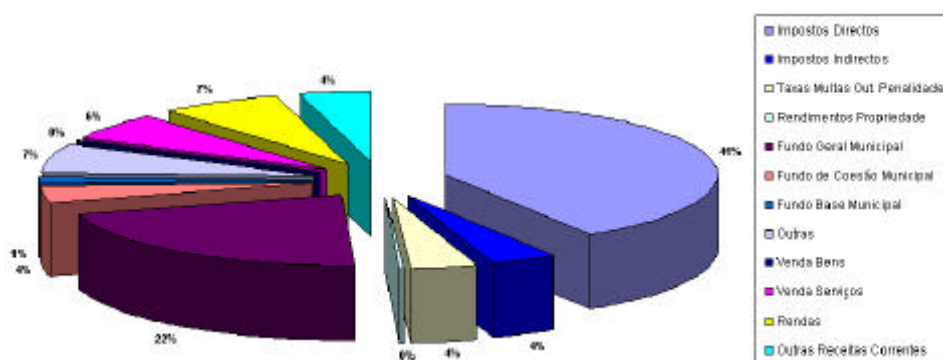
No capítulo da receita, a taxa de execução foi de 62,62%, valor atingido em função da boa execução das receitas correntes (90,32%), já que as receitas de capital apuradas até 31 de Dezembro se quedaram pelos 34,09% do orçamentado.

Apresenta-se o quadro dos principais impostos e taxas municipais, o qual expressa a diminuição dos valores do IMI e do IMT, comparativamente ao ano anterior à introdução destes (2003):

RECEITAS	2002	2003	2004	2005
Contribuição Autárquica	7.568.515,41	10.686.857,90	0,00	0,00
Imposto Municipal s/ Imóveis	0,00	0,00	8.155.779,80	9.990.719,95
Imposto s/ Veículos	1.237.188,84	1.322.708,85	1.434.565,86	1.541.849,20
Sisa	5.552.907,08	6.221.156,86	0,00	0,00
Imposto Municipal s/ Transmissões	0,00	0,00	3.655.028,65	5.098.086,29
Derrama	2.567.134,95	2.219.665,32	3.491.625,61	2.443.161,71
Impostos Indirectos	2.259.213,79	2.060.654,21	1.859.563,74	1.983.569,10
Taxas Multas outras penalidades	2.673.886,94	1.781.587,46	2.076.953,43	2.053.503,07
<b>TOTAL</b>	<b>21.858.847,01</b>	<b>24.292.630,60</b>	<b>20.673.517,09</b>	<b>23.110.889,32</b>

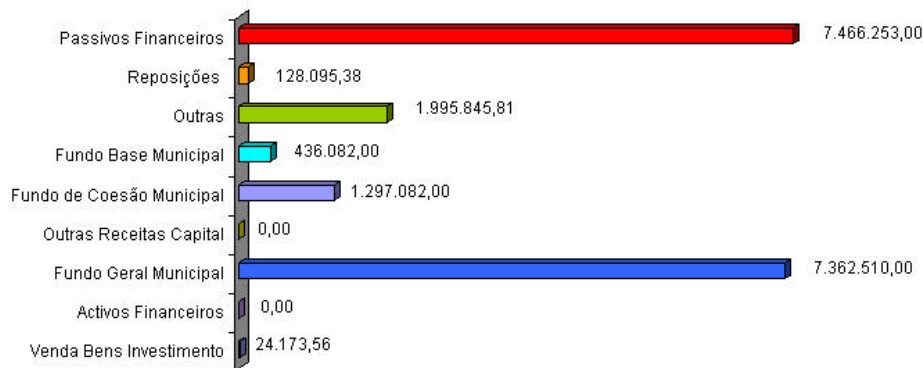
Valores em euros

### ESTRUTURA DA RECEITAS CORRENTES



Em todo o caso, a receita corrente cobre e ultrapassa a despesa corrente, o que possibilitou a aplicação, em investimento, de mais de 10,1 milhões de euros provenientes de receitas correntes, numa demonstração inequívoca do equilíbrio das finanças autárquicas.

## ESTRUTURA DE RECEITAS DE CAPITAL



### b) Despesa

No capítulo da despesa, a taxa de execução atingiu os 76,61%, com as despesas correntes a cumprir 87,1% do orçamentado, e as de capital 68,9%.

As despesas correntes continuam a registar uma evolução que reflecte, quer a crescente prestação, em quantidade e qualidade, dos serviços públicos, quer a forte contenção a que têm sido sujeitas, verificando-se um aumento de 13% comparativamente com 2004, em resultado dos aumentos salariais e promoções obrigatórias, das despesas relacionadas com a recolha e tratamento dos lixos, das aquisições de serviços relacionadas com transportes escolares, da aquisição de bens alimentares e combustíveis para as escolas, em suma, das crescentes responsabilidades da Autarquia na gestão de equipamentos desportivos e escolares entretanto concluídos e a funcionar e no meio ambiente.

A este respeito, e para que não restem dúvidas sobre o impacto de alguns serviços à comunidade no orçamento municipal, atente-se, por exemplo, nos montantes dispendidos nas grandes áreas relacionadas com a Educação:

Transportes escolares: €2.287.514,89

Refeitórios escolares: €2.279.922,84

Construção, conservação e equipamento de edifícios escolares: €4.934.834,35

Sublinhe-se que o investimento no sector da Educação aumenta mais de 100% por comparação com 2004, passando de 2,4 para cerca de 5 milhões, assim reforçando o peso relativo no total do orçamento das novas construções, conservação de edifícios e apetrechamento das escolas, que ascende já aos 16,1%.

Por outro lado, deve ressaltar-se que as despesas com pessoal se cifram em 36% das despesas correntes, representando 17,45% das despesas totais.

É igualmente muito significativo que o período de forte contenção que atravessámos volte a não ter qualquer impacto, por opção consciente deste Executivo, na qualidade e montante dos subsídios atribuídos a um conjunto muito importante de Instituições do Concelho, cuja intervenção social, cultural ou desportiva é estruturante.

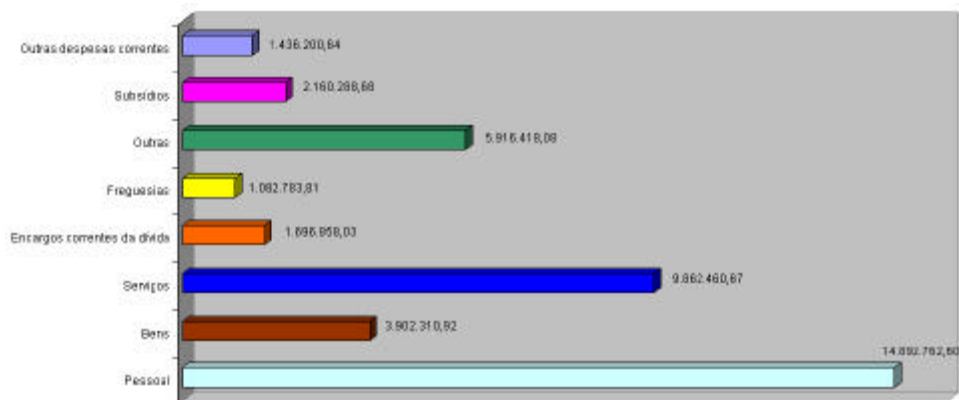
As despesas de capital foram absorvidas, em cerca de 35% pelo sector da Cultura, Desporto e Tempos Livres, especialmente em função do investimento realizado em 2005 no Centro Cultural Vila Flor, que ascendeu aos 13.6 milhões de euros.

No ano de 2005, merecem igualmente nota de destaque os investimentos no Arranjo Urbanístico do Largo da Mumadona e Parque de Estacionamento (2,7 milhões de euros) e no Novo Mercado Municipal (2,7 milhões de euros).

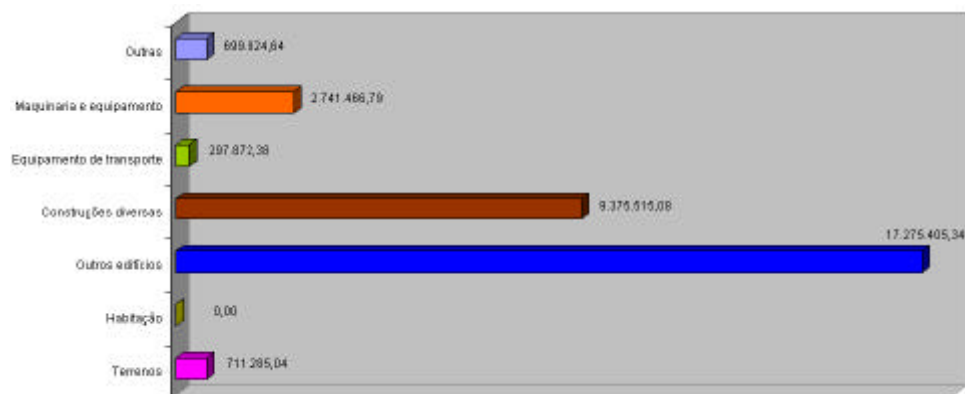
Já as Comunicações e Transportes absorveram, no exercício em análise, cerca de 28% do montante total investido, a rondar os 8,6 milhões de euros, aplicados praticamente na íntegra na conservação e construção da rede viária urbana e rural.

Por seu turno, as transferências de capital totalizaram 6.548.579,63 euros, sendo de destacar as efectuadas para as Juntas de Freguesia (€3.973.141,30).

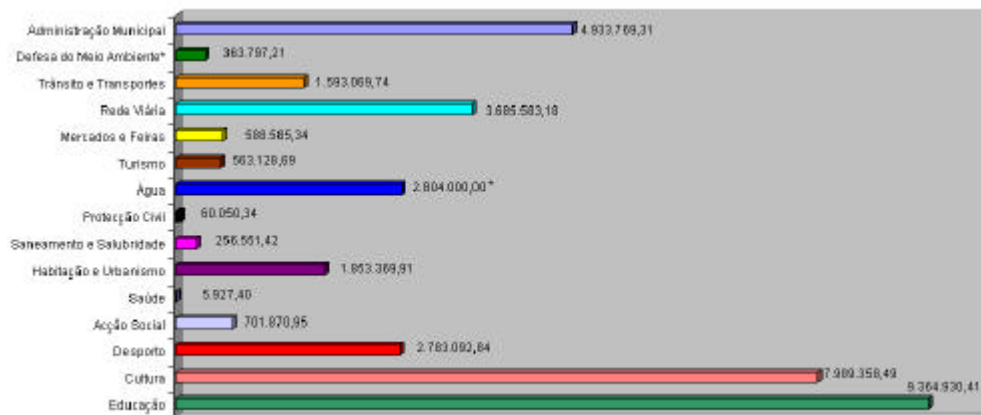
### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESAS CORRENTES



### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – INVESTIMENTO



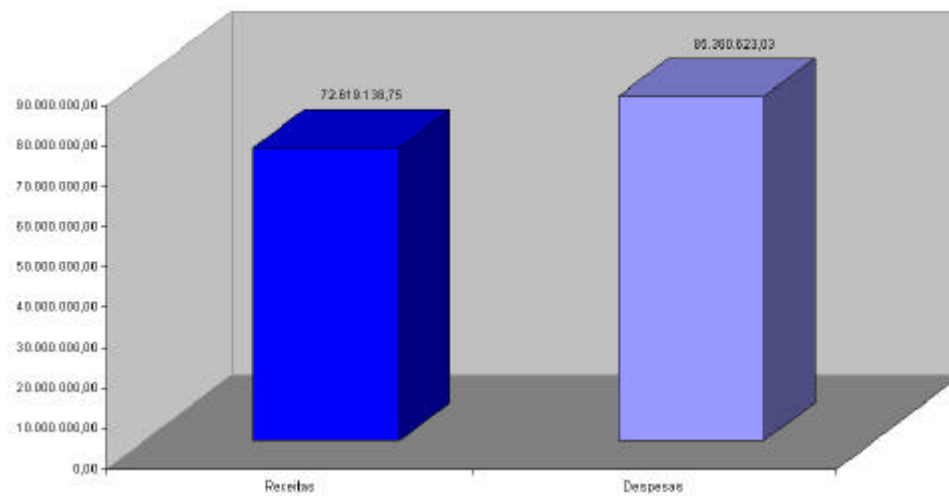
## 2. Execução das Grandes Opções do Plano



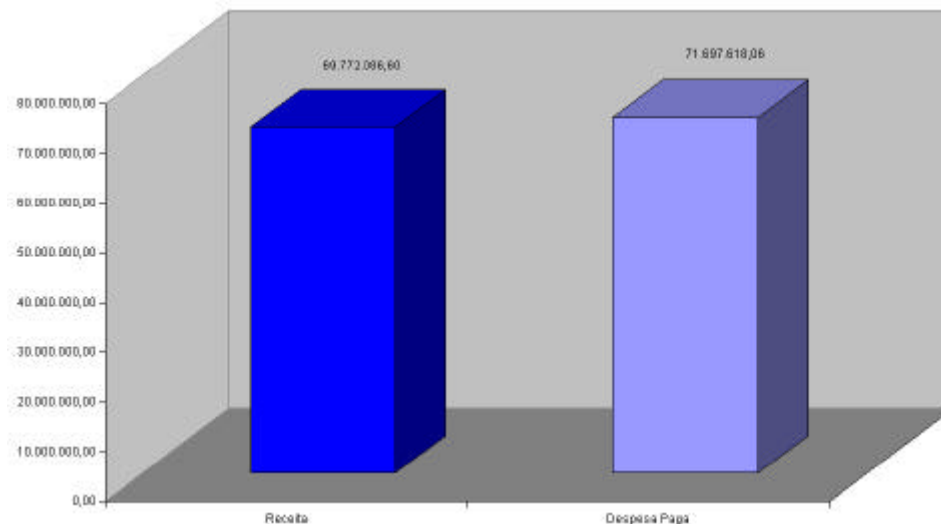
\* Os grandes investimentos nesta área são efectuados pela Vimágua, pela Águas do Ave e pela Amave.

## 3. Indicadores de natureza orçamental

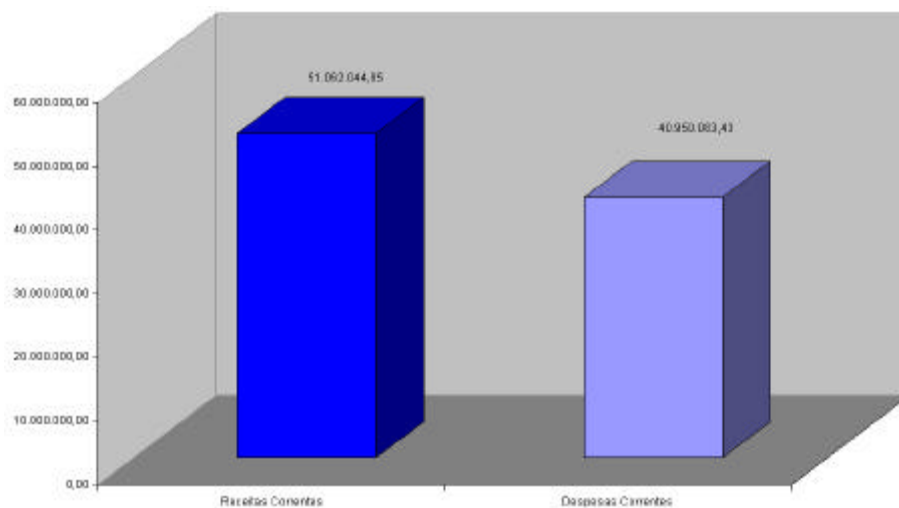
### 3.1 Receita total – Despesa total



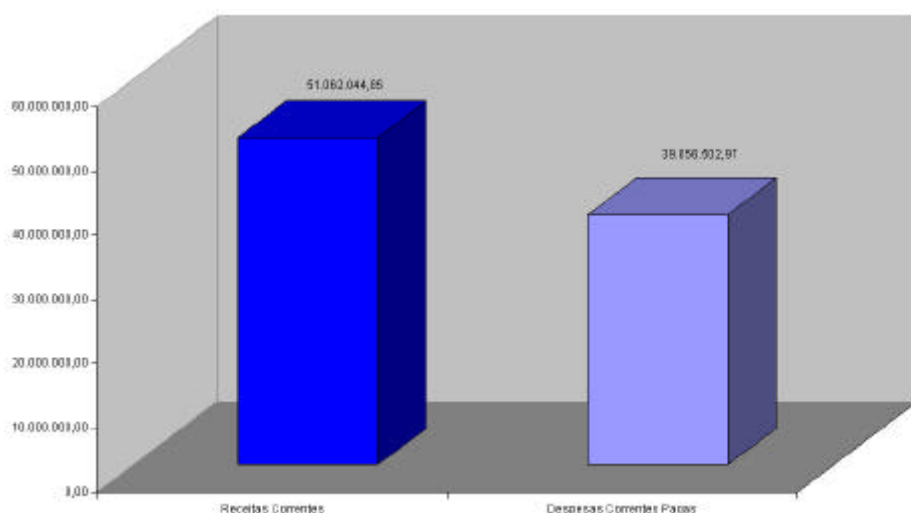
### 3.2 Receita – Despesa paga



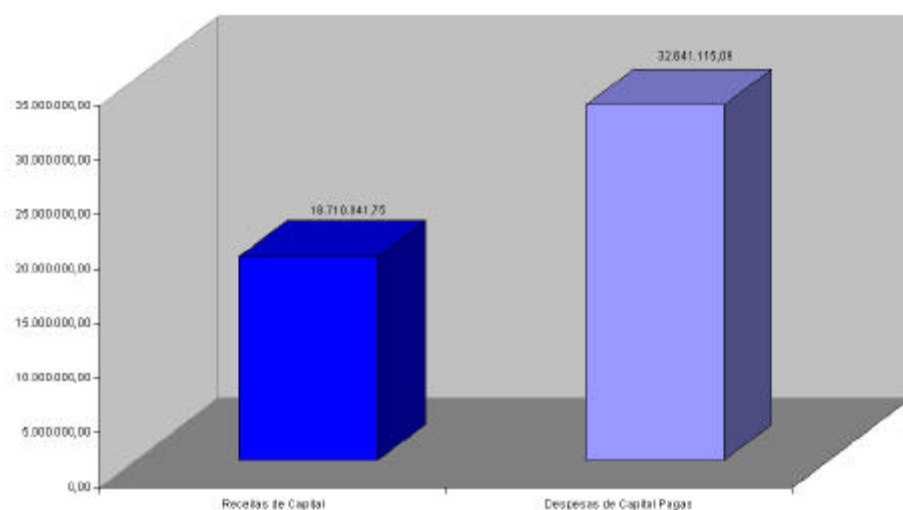
### 3.3 Receitas correntes – Despesas correntes



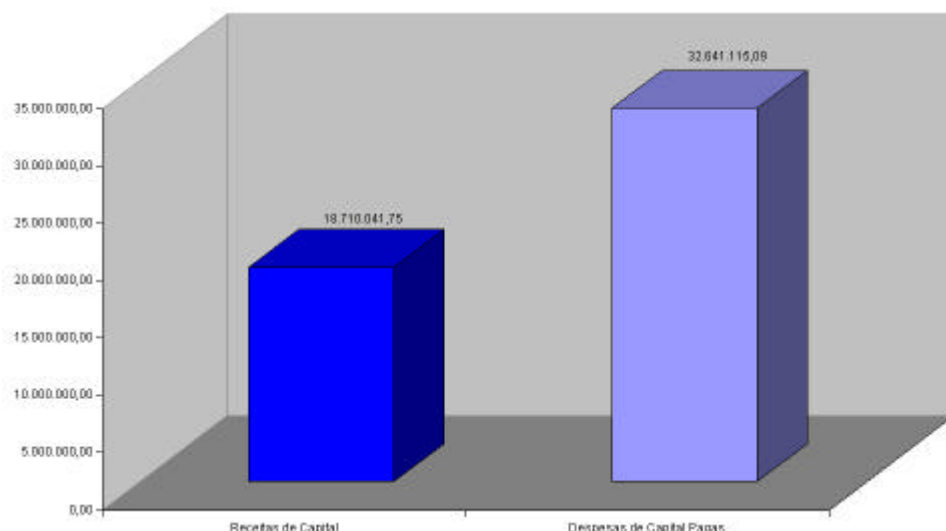
### 3.4 Receitas correntes – Despesas correntes pagas



### 3.5 Receitas de capital – Despesas de capital



### 3.6 Receitas de capital (recebidas no ano) – Despesas de capital (pagas no ano)



### III – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Na análise do balanço, atendendo à especificidade dos Activos e Passivos Municipais, interessa realçar o adequado nível do endividamento de médio e longo prazo.

O total da dívida a fornecedores ascende a €12.913.784,18, dos quais €1.245.108,71 em conta corrente e €11.668.675,40 em imobilizado c/corrente.

Por outro lado, o endividamento de médio e longo prazo é de €74.250.868,67, com prazos de pagamento de 20 anos. Os encargos financeiros do serviço desta dívida cifraram-se em €1.696.858,03, e o esforço de amortização do capital destes empréstimos em €3.866.590,70.

Assim, os índices do esforço anual originado pelos encargos financeiros e pelas amortizações de capital relativamente ao volume total da receita são de, respectivamente, 2,4% e 6%.

Estes indicadores colocam o Município de Guimarães numa situação financeira absolutamente equilibrada, dotando-o de capacidade para, em caso de estrita necessidade, contratar novos empréstimos.

### IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De harmonia com o disposto no ponto 2.7.3.1. do POCAL, propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício de 2005, no valor de -€16.831.703,12 seja transferido para a conta de Resultados Transitados. Este valor justifica-se exclusivamente com o abate do imobilizado corpóreo do valor das obras do Estádio D. Afonso Henriques no âmbito do Euro 2004, de €26.762.207,12.

## **V – PERSPECTIVA FUTURA**

No contexto económico de grande dificuldade em que decorreu todo o período 2002/2005, foi possível, ainda assim, e tal como demonstrado, prosseguir uma política de forte investimento na educação, cultura, desporto, ambiente, acção social, rede viária e urbanismo que, complementada com a acção da Vimágua EIM nas áreas do abastecimento de água e do saneamento, asseguram e sustentam a continuidade na criação de níveis de qualidade de vida e competitividade que promovem o futuro do Município e dos seus Cidadãos.

Guimarães, 31 de Março de 2006  
O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

---

(Dr. António Magalhães)